

NORTE DE MINAS: ESPAÇO GEOGRÁFICO E ENTROPIA SOCIAL

*João Roberto de Oliveira**

Resumo: Tornar possível uma reflexão acerca dos resultados do “progresso” nos espaços geográficos da região norte-mineira é a proposta deste artigo, uma proposta simples que envolve o cotidiano das cidades e dos campos abertos à produção agrícola onde a chuva descansa no além e o sol ilumina a paradoxal realidade socioeconômica que se assenta na miséria de muitos e na riqueza de poucos. Tece considerações numa perspectiva ético-filosófica pretendendo uma “consciência social e política” voltada para a possibilidade de uma alteridade existencial, transformadora e libertadora do ser humano, enquanto natureza racional.

Palavras-Chave: Espaço; Entropia Social; Política; Educação; Consciência.

O Norte de Minas foi e ainda é considerado “essencialmente” um espaço de produção agrícola. A sua história revela essa vocação para uma cultura ruralista. Mas dessa geografia campestre, a região, por influência do processo de industrialização do País, tornou-se também espaço urbano em desenvolvimento. As cidades cresceram e criaram laços de dependências; antagonicamente, construíram perspectivas de independência pela impregnação de um espírito competitivo fundamentado na política regional.

O crescimento das cidades ocorreu a partir do grande projeto de modernização implantado na década de 60, mais precisamente nos anos 70 com o militarismo no governo. A modernização da agricultura só ocorre bem mais tarde. O que de fato o espaço rural vai oferecer é um êxodo do homem do campo, uma movimentação interna dentro da própria região e uma saída de milhares de famílias para outras regiões e estados. É interessante apontar que no Norte de Minas, Montes Claros torna-se referência não apenas de uma população interna, mas recebe milhares de pessoas da Bahia e de outros Estados do nordeste, por conta da implantação de indústrias de grande porte financiadas pela então SUDENE.

* Professor Assistente do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Especialista em Filosofia pela UFMG.

Há um crescimento horizontal e vertical de Montes Claros, mais imediatamente. Posteriormente, pode-se verificar que isto acontece com outras cidades da região, certamente não na proporção da maior cidade do Norte de Minas, mas pelo mesmo fato criado como ideologia ou como “mitologia”, afinal a cidade tornou-se o espaço de salvação do homem, a própria “deusa” da modernidade e da possibilidade econômica.

De acordo com Milton Santos e Maria L. Silveira (2001:280),

as cidades são os pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades. Elas oferecem os meios para o consumo final das famílias e administrações e o consumo intermediário das empresas. Assim, elas funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como depositárias e como produtoras de bens e de serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno.

Nessa Perspectiva, pode-se constatar que as cidades norte-mineiras, a exemplo de todo o país, tornaram-se a geografia de uma reestrutura da sociedade brasileira. As cidades converteram-se em paradigmas da evolução cultural, da tecnologia, da própria “civilização” numa ótica de reestruturação também da estética dos seus espaços físicos. As casas, as vendas, as lojinhas, os açougues, os mercados foram passando por um processo de modernização, ganhando uma nova arquitetura.

Com uma nova arquitetura, os espaços urbanos são ampliados, novos edifícios são construídos para atender uma demanda mais exigente. Prédios públicos se multiplicam conforme processa um desenvolvimento da “consciência de direitos” e esta provoca, por meio das reivindicações, uma política regionalista, uma preocupação e uma ocupação dos políticos da região em conseguirem “trazer” para o norte das Minas Gerais escolas, hospitais, indústrias, empresas comerciais, etc.

Criam-se associações, cooperativas, sindicatos trabalhistas, sindicatos patronais. As sociedades municipais passaram a ser mais técnicas, a conceberem uma “nova mentalidade” administrativa. O crescimento técnico-científico oriundo do processo de industrialização, e as influências de uma ideologia da modernidade fizeram com que no Norte de Minas ocorresse uma dimensão globalizada das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, proporcionando para os norte-mineiros uma ponte entre o local e o global, uma participação na competitividade com outras cidades de outras regiões do país.

Mas isto nem sempre aconteceu de forma tranqüila, isenta de prejuízos e a favor de todos os cidadãos, modo especial em relação ao aspecto econômico. Com o passar do tempo, constata-se que o aparente crescimento técnico-científico, todo o processo industrial e uma “nova mentalidade política” não foram e não são suficientes sustentáculos para uma vida progressiva das cidades norte-mineiras. Evidentemente que as conseqüências originadas da modernidade atingem todo o País, de uma forma ou de outra. Montes Claros, por exemplo, cresceu e cresceram também os seus dramas sociais nesse jogo da globalização.

Santos e Silveira (2001:281) dizem que

os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global. É dessa forma que as cidades pequenas e médias acabam beneficiadas ou, ao contrário, são feridas ou mortas em virtude da resistência desigual dos seus produtos e das suas empresas face ao movimento de globalização.

Partindo da especialidade desses dois grandes pesquisadores e do trabalho científico desenvolvido por eles, pode-se concluir que o Norte de Minas, apesar de toda a sua riqueza intelectual e dos seus fundamentos culturais enraizados no senso comum profundamente significativo, torna-se cada vez mais um sistema urbano falido e fadado a uma ENTROPIA SOCIAL.

É necessário evidenciar o significado do termo “entropia” que tem origem na língua grega e significa volta, retorno. Jacques Monod (citado por Japiassu e Marcondes, 1990), diz que “a entropia é a quantidade termodinâmica que mede o nível de degradação da energia de um sistema”. Numa aplicação geral, conforme Japiassu e Marcondes (1990:81), esse termo passa a designar a medida de desordem de um sistema, uma vez que o equilíbrio térmico é considerado o estado mais provável em que se encontra o universo. “A entropia significa, assim, a extinção e ‘morte’, por perda de energia, do universo.”

Transpondo o termo para o universo social, objetivamos analisar e refletir certos aspectos da nossa sociedade que demonstram sinais de uma desordem quase incontida, de um retorno ao irracionalismo. Aliás, apontamos não uma volta ao estado de natureza puramente instintivo, mas, pior ainda, um uso incompetente da razão.

A sociedade brasileira vem sofrendo uma profunda queda de temperatura, uma perda irreparável de calor humano, de solidariedade, de consciência. Valores são extintos do cotidiano, assim como o amor fraternal é banido, o respeito pelos direitos dos outros torna-se sem sentido, a responsabilidade por uma vida digna e dimensionada nas relações sociais, na convivência equilibrada, perde o seu significado.

A desordem social no Brasil, o fato real de uma nação e de um país, enquanto sistema universal, se degenera no sentimento de patriotismo e, muito pior, se torna cenário não de ficção científica, mas de um verdadeiro caos provocado pela “cultura da corrupção”, vem reforçar a tese que sustentamos de que também no Norte de Minas os espaços urbanos tornaram-se entropia social, lugares em que o homem não confia mais no outro, as relações se estabelecem a partir do jogo de interesses, são quase na totalidade relações utilitaristas, têm como regra a mais valia, o retorno material ou de poder que a convivência pode oferecer.

É de causar horror, a quem ainda preserva uma consciência e um conceito positivo de dignidade, o comportamento influenciado pela concepção de que o “certo” é ser corrupto, é levar vantagem sobre os outros, ainda que isto custe a morte dos outros.

O Estado, enquanto conjunto organizado das instituições políticas, jurídicas, administrativas, econômicas, etc., tem contribuído para que ocorra essa queda de temperatura do calor humano. Governos e administradores em geral defendem uma ideologia burguesa, uma estruturação social discriminadora, altamente competente para extinguir a vida dos economicamente pobres, promovendo a miséria por meio do desemprego, dos salários baixos, da proibição de se viver, de cultivar a terra, de produzir.

A entropia social se contrapõe (é oposição) à estrutura enquanto modelo que visa estabelecer as correlações entre variáveis de um sistema. Por isso, o nosso sistema governamental tornou-se, irremediavelmente, causador de toda sorte de desagregação social, promotor da “cultura da corrupção” celebrada nos altares, nas escolas, nos eventos culturais religiosos, cívicos e em nome de qualquer “deus” nos espaços dos sindicatos, das associações civis, dos clubes, das organizações não governamentais, inclusive daquelas que se declaram as “donas” da sociedade.

A partir da “cultura da corrupção” pode-se entender a violência. Ela é a causa da violência, é um atentado contra a vida, é o motivo da perda de energia de uma sociedade que se cansa diante da degradação de um sistema que permite a “lei da vantagem” contra a lei da justiça. O universo social torna-se frio diante de si mesmo, diante dos desempregados, dos verdadeiramente sem-teto e sem-terra, dos que defendem uma igualdade social.

A “cultura da corrupção” é fundamentada por uma “consciência” materialista e consumista nos dias atuais. Portanto, ela é entropia enquanto quantidade termodinâmica que mede o nível de desarticulação social e de mortes, dentro de um sistema sociouniversal, de indivíduos que não conseguem superar a ignorância, a estupidez, a irracionalidade, a baixa temperatura sentimental e emocional, vivendo sem a capacidade de serem humanos, sem a identidade de seres de inteligência.

A geografia urbana no Norte de Minas se insere nesse contexto entrópico. A política partidária e os políticos dessa região, com raríssimas exceções, cultuam a corrupção, promovem as causas de um esfriamento do calor humano, são perseguidores, ditadores, promotores de um “coronelismo moderno”, compram a consciência e, dialeticamente, encontram os que vendem os seus votos por qualquer preço. Da mesma forma tal comportamento ocorre em outras áreas e/ou segmentos da região.

O empobrecimento econômico tem sustentado também nos espaços urbanos norte-mineiros a pobreza de inteligência, de sentimentos humanitários e dos axiais morais e éticos. A violência tem matado vidas de maneira banal. Pequenas cidades têm

convivido com um “progresso” que justifica de forma enganosa a organização de grupos de adolescentes e de jovens que, conjuntamente, batem, roubam, estupram, assassinam e depois querem ser compreendidos em suas razões.

Essa violência, oriunda da “cultura da corrupção” e do materialismo imperativo que serve ao mercado, tem convertido as sociedades do “sertão mineiro” em um sistema degenerado, carente de uma consciência social, de uma elevação da temperatura do calor humano. Os espaços urbanos não podem continuar grávidos de tanto ódio e de tanta revolta, muito menos ainda de uma ausência de sentido para a vida e para a morte, não podem continuar gerando máquinas no lugar de homens, criminosos em potencial e assassinos factuais.

É necessário que a desordem social estabelecida nas cidades não continue sendo causadora do caos, mas, sim, da capacidade de pensamento e de criatividade, muito mais ainda causadora de uma energia que provoque a superação de uma baixa estima social. É preciso que o homem norte-mineiro encontre o caminho que o leve a ser um ser de relações construtivas, de auto-estima, criando uma consciência solidária e um senso de responsabilidade pela existência e pelo bem-estar dos outros para que haja reciprocidade e para que o sistema social-regional seja universalmente equilibrado.

Nessa perspectiva, há de se processar, nos espaços urbanos da região, uma consciência social que deve ser construída em função de uma vida politicamente justa. Tal consciência requer uma aceitação de que as sociedades norte-mineiras têm como base realidades diversas, diferenças étnicas, econômicas e culturais, conforme já mencionamos. Portanto, isto implica uma autoconsciência e uma combinação das consciências individuais objetivando criar um “sujeito social”, dialeticamente. Antônio Alvimar Souza (1999:55) afirma que:

Na dialética da autoconsciência fica visível que a pluralidade não elimina os sujeitos, mas mostra como a socialidade vai fazendo emergir novos sujeitos históricos.

Estes novos sujeitos históricos emergentes se estruturam numa relação de coexistência nas relações sociais, (...), a liberdade se vincula estritamente à socialidade.

Da afirmativa de Souza, extraímos fundamentos para as relações que devem produzir, pois, essa consciência social necessária para que a geografia urbana e os espaços municipais do Norte de Minas possam ser não apenas de superação da entropia, da frieza humana, conforme já sugerido, mas, especialmente, de elaboração de uma ética nascente do querer livre dos indivíduos e dos sujeitos sociais.

Essa consciência social deve ser geradora de uma consciência crítica. Se não uma crítica na visão filosófica, mas uma crítica em relação a esse cotidiano que tem feito

homens, mulheres, brancos, negros, meninos e meninas escravos e dominados por um poder neo-liberal regional. Tal crítica pode não se fundamentar na perspectiva da filosofia, mas deve ter como alicerce o senso coletivo e de povos que almejam a liberdade, mesmo quando não lutam sistematicamente por ela, mas quando reclamam por justiça e respeito aos direitos naturais e sociais de todo ser humano, sobretudo, ao direito à vida.

Aqui é possível pensar os espaços urbanos como espaços de convivência que permite, a priori e a posteriori, o nascimento de um novo homem. Esse novo homem deve ser concebido como auto-determinador do modo de vida, dos paradigmas que possam assegurar às gerações futuras também uma nova política e a possibilidade de se viver humanamente uma responsabilidade compartilhada, dimensionada numa concepção universal de homem, cuja concepção nos remete a todos para além das nossas fronteiras e dos limites da nossa própria e exclusivista política.

Se vislumbra, em contraposição à entropia social instalada nos espaços urbanos das sociedades do Norte de Minas, um homem consciente e humanizado, e é preciso rever também o papel de algumas instituições responsáveis por esse processo. Por exemplo, é necessário verificar as bases políticas, filosóficas e teológicas em que as instituições religiosas fundamentam as ações educacionais ou as suas catequeses doutrinárias; que objetivos estabelecem e que fins pretendem alcançar, além de uma análise acerca da eficiência ou não das suas ações.

Assim sendo, é verificável que o cristianismo foi e é predominante na região. Dentro do contexto histórico-religioso dos espaços urbanos e rurais do Norte de Minas predominou e ainda é fortemente influente o catolicismo. A Igreja Católica, enquanto Instituição Religiosa, exerceu um papel importante nas décadas de 80 e 90 como meio de “conscientização” de um homem acostumado a obedecer e a respeitar os mandos e desmandos dos políticos regionais, dos poderosos fazendeiros e dos fortes empresários, especialmente em Montes Claros, onde a SUDENE favoreceu a instalação de grandes indústrias como Frigonorte, Transit, Agapress, Tok – Confecções, Cortenorte, Sion, dentre outras.

Foram implantados, fundamentados pela Teologia da Libertação, os Movimentos Religiosos Católicos como as Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral Operária, Pastoral da Terra. Tais movimentos tinham como finalidade um processo de educação política voltado para a cidadania, para o conhecimento dos direitos legais constituídos e para uma prática pedagógica que levava classes trabalhistas, grupos sociais e comunidades a se organizarem, conforme já mencionamos, em associações, sindicatos e similares. Desenvolveu-se, embora de uma forma implícita, uma fundamentação marxista para a possível prática existencial e organizacional das sociedades e comunidades, igualmente para as organizações representativas trabalhistas.

Não resta dúvida que a Igreja contribuiu de maneira significativa para que a Teologia da Libertação não fosse apenas um ideal, uma utopia. A Pastoral da Terra apoiava as organizações dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as suas lutas em prol

do direito de cultivar a terra e como meio de se estabelecer a justiça. Tal processo pode ter sido eficiente em gerar agentes políticos, homens e mulheres conscientes e conhecedores do conceito de cidadania.

Pode-se, então, perguntar: onde ficou essa eficiência da Igreja Católica no Norte de Minas? Onde estão tais homens e tais mulheres que sonharam, lutaram e idealizaram sociedades e comunidades justas, equalizadas como espaços geográficos de desenvolvimento humano, racional e afetivo? A entropia social chegou também nos espaços das Igrejas, das comunidades religiosas. Mantêm-se tradições por meio das festas dos Santos Padroeiros, celebram os eventos religiosos ainda com Casas cheias de “cristãos”, com praças superlotadas de barracas que vendem bebida, comida, roupa, ferramentas, brinquedos, música, sorte, santos, drogas.

A Religião perdeu, a partir do início da década de 90, o seu poder de evangelização e a sua força de construir uma “consciência social”, de organizar comunidades racionais e espirituais, cidadãos que reivindicam direitos e que respeitam os semelhantes na vida urbana e nos espaços rurais. Falta talvez um conceito de Deus que coadune com o tempo atual, uma religião que se renove na própria esperança do povo norte-mineiro de não ver a frieza dos “marginais” ou “marginalizados” que violentam o homem simples do campo, invadindo, roubando, assassinando e estuprando os residentes do espaço rural.

É impossível falar de consciência social, produzida pela religião, sem considerar o desencantamento do mundo pelo qual passa o homem na atualidade. Nessa região percebe-se, com notoriedade, a ruptura com o catolicismo e a busca que se faz de uma fundamentação religiosa pelas Igrejas evangélicas, pelo protestantismo e por outras organizações de “ordem espiritual”. Em nome de Deus, não se faz apenas discursos políticos, mas justificam-se atitudes corruptas e uma alienação, uma fuga das realidades cotidianas, enquanto essas matam a afetividade até nos espaços religiosos e nas cruces dos que passam fome e vivem abaixo da linha da miséria, como se o castigo fosse merecido pelo simples fato de teimarem em viver nas periferias das “nossas cidades”.

Encerrando essa análise em relação ao papel da Religião na construção de um pensamento e de uma consciência social no Norte de Minas, pode-se dizer que o protestantismo evangélico, que se disseminou em todos os recantos desse Sertão Mineiro, não causa um efeito diferente do tradicionalismo católico. Ao contrário, tão quanto o retorno que a Igreja Católica faz a uma doutrinação catequética sem compromisso com as dimensões social e política do homem cristão, as Igrejas Evangélicas, com raríssimas exceções, procedem do mesmo modo, desenvolvendo um pentecostalismo desgrudado da vida real. Nessa linha de estudo, Paulo Barrera Rivera (2.001:277) diz que:

Se o protestantismo é a expressão cristã que melhor se adaptou à modernidade, domesticando o sagrado, desencantando o mundo e explicando-o com a ciência e a razão, esse estudo revela que a religião pentecostal

contemporânea não articula um reencantamento do mundo. (...) O que se verifica nessas religiões é um reencantamento do culto, que exigiu a domesticação da razão, a drástica redução do discurso e a exarcebadação da emoção religiosa.

A religião ainda emociona, pouco transforma e muito contribui para uma relação social reprodutora do poder elitista, fazendo das nossas cidades, principalmente, espaço dos errantes, dos homens e das mulheres sem rumo, sem norte, sem consciência de si e dos outros, sobretudo, quando os outros são militantes de instituições religiosas diferentes.

Outra instituição que tem a responsabilidade de desenvolver uma consciência social comprometida com a própria consciência individual, objetivando um homem axiomático, moralmente justo, honesto e não corrupto, é a escola. Mas esta tem reproduzido, com toda a teoria das tendências pedagógicas, nos espaços sociais e comunitários do Norte de Minas, relações de submissão e de dominação.

A escola, enquanto instituição educacional, tem sofrido no interior dos seus espaços não apenas com o descaso dos governantes e com uma política da insignificância, mas também com a violência oriunda das desigualdades econômicas e sociais. Nela se revela, cruelmente, uma “consciência do mal” produzida pelas ideologias burguesas, pelo reforço do consumo, do ter a qualquer custo, da competição desumanizadora.

Não se pode ver a escola norte-mineira fora do contexto sistêmico da educação nacional. Mas é importante vê-la por meio de uma ótica antropológica singular, isto é, analisá-la a partir de certas características peculiares do homem dessa região. Assim sendo, há de se verificar que, enquanto instituição “formadora” de consciência por meio do conhecimento, as escolas e, conseqüentemente, os docentes, convivem com um ser humano que traz em si, ainda que num estado não consciente, fundamentos de uma cultura campesina, tradicionalista e até conservadora, e, paradoxalmente, um discente influenciado pelo “modernismo” da moda, da droga, do sexo, das novelas globais, sem nenhum senso crítico, nenhuma capacidade de análise e de elaboração de um *modo de vida próprio*.

Tal situação evidencia profundos conflitos somados aos problemas de ordem econômica e social. Promove um processo de não-aprendizagem e de desumanização do aluno, claro que tal processo é apenas uma continuidade do que se passa na maior parte das famílias dessa região. A escola recebe todos os conflitos existenciais de um êxodo rural, do alcoolismo, das drogas, dos desempregos, do analfabetismo dos pais, das separações de casais, dos filhos de mães solteiras, da prostituição infanto-juvenil, da violência doméstica.

Se, portanto, a escola pública abriu suas portas para receber sem discriminação quem nela deseja entrar, o que se constata é a dificuldade que há de se criar no seu interior uma relação construtiva e positiva para que a maioria dos alunos nela per-

maneira. A relação entre educador e educando vai se tornando cada vez mais desgastada do ponto de vista da afetividade, dos princípios morais e da racionalidade. Há uma “guerra” acirrada.

A escola é obrigada a absorver todos os dramas, causas e conseqüências da má formação familiar, dos descasos governamentais, da má educação religiosa, das influências televisivas que indicam os contra-valores como certos e verdadeiros. O educando é visto, salvo as exceções, como um ser não capacitado ou como alguém que não traz nenhum pré-requisito cultural para desenvolver um “pensamento científico” e relações sociológicas no cotidiano escolar.

Distante de criar e desenvolver uma “consciência social”, a escola, na região norte-mineira, muito contribui para reforçar a entropia social. Muito cedo encontra-se uma elevada estatística dos descrentes na educação. A evasão escolar que chega, em alguns casos, no segundo grau, em até 70%, mostra a frieza e a incompetência dessa instituição, sobretudo, quando se ocupa em reproduzir as relações ideológicas de dominação, reforçando, no aluno, a sua condição de dominado, sem oferecer nenhuma perspectiva de superação.

No campo educacional, o Norte de Minas avançou sem nenhuma dúvida. Porém, o que se pretende aqui é propor uma reflexão acerca desse avanço. A educação, enquanto aprendizado do pensar, se identifica com a dimensão reflexiva da filosofia e esta, por sua vez, no campo social, deve garantir a dimensão da consciência que a sociedade tem de si mesma. Porém, no caso específico dessa região, o que se vê é uma profunda preocupação com um saber científico especializado que é levado do terceiro grau para os graus inferiores, sem uma humanização do educador, sem uma “preparação” devida para propor ao educando o exercício do pensamento e da crítica. Daí uma educação meramente reprodutora dos interesses de uma classe socio-econômica e determinante dos destinos da região.

Assim sendo, é inegável a importância da instituição escolar pública no resgate da “bondade natural” que há no homem dessa região, a partir da cultura popular e da sabedoria do senso-comum, quão importante também seja o seu papel de promover a superação do conformismo e do inconformismo conflituoso que fazem de educandos e educadores seres humanos descrentes nas ciências, na religião, na filosofia, na política, na educação e em si mesmos. O que não se pode é o conformismo e o inconformismo continuarem produzindo apenas relações de violência, sem uma consciência desenvolvida criticamente e racionalmente.

Apontadas a Religião e a Escola como duas Instituições responsáveis pelo processo educacional axiomático, político e espiritual do homem, faz-se necessário, numa perspectiva filosófica, para concluir a proposta de uma análise antropológica sobre o norte-mineiro feita anteriormente, que se estabeleça uma relação entre ética e os “direitos do homem”, em contraposição à entropia social.

Se o homem dos espaços geográficos norte-mineiros tem perdido a sua condição de ser humano, de ser respeitado como tal, de ter os seus direitos assegurados e respeitados, direitos como de sobreviver, de não ser maltratado, de dispor de liberdades fundamentais (de opinião, de expressão, de escolha democrática de governos, etc.), de trabalhar, de morar dignamente, de estudar, de tratar-se, etc., é preciso que uma consciência social nasça de uma “consciência ética”.

Não se pode admitir a “morte do homem norte-mineiro” em favor de um progresso técnico-científico ou de uma política corporativista e econômica que favorece uma elite regional. É necessário não apenas resgatar os valores tradicionais e culturais do senso comum nesse homem campestre (em sua origem), mas promover uma “ressurreição” do homem urbanizado pelo desenvolvimento das sociedades dessa região como já foi dito.

Essa “ressurreição” implica em uma educação assistemática ou sistemática a partir do conceito e dos fundamentos da ética dos direitos do homem, para fazer emergir o cidadão na acepção etimológica e literária do termo. Nesse sentido é que se estabelece a proposta de se pensar “um homem norte-mineiro” universal, impregnado pelas suas características regionais (embora dimensionado na internacionalidade lingüística quando é obrigado, ainda analfabeto na língua mãe, a comprar produtos pronunciando a língua colonizadora do tempo atual, o inglês dos Estados Unidos), para processar o perfil de um homem-cidadão enquanto livre pensador, sujeito crítico e responsável pela destinação social de si e dos outros, numa relação recíproca.

Nessa relação de reciprocidade, respeitando as diferenças individuais, é que se faz necessário compreender o homem regional como um ser que outrora firmava os seus compromissos, celebrava os seus contratos, “dando a sua palavra”. A “palavra dada” caracterizava a própria moral e estabelecia uma ética “natural”. Isto se perdeu com a modernidade, como também se perdeu, em termos de pragmatismo, aquilo que as leis asseguram como direito de cidadania e obrigação governamental e social em relação aos indivíduos.

Nesse sentido, somente uma ética tecida a partir da “consciência” poderá, numa perspectiva globalizada, conduzir o norte-mineiro, nos espaços urbanos e rurais, a ser, enquanto ser humano, dimensão e medida de um homem que busca em si e nas relações com os outros a cordialidade. As raízes dessa cordialidade remontam o tempo atual, são conseqüências do processo de mistura de raças que geraram aqui o sertanejo, mas são raízes que exigem hoje uma irrigação para que a geografia regional não continue árida, terra de mortes banalizadas e de vidas sem significado científico, filosófico, religioso e moral.

O traçado das cidades norte-mineiras retratam ainda o traçado de um Brasil colonizado pelos portugueses. Pior ainda, é nessa estrutura do passado que a modernidade, contrariando um desenvolvimento natural e próprio da gente regional, se assenta provocando a necessidade de rebuscar com as raízes a seiva que deverá alimentar as perspectivas de um futuro sem o choque da entropia social.

As cidades, enquanto espaços urbanos e urbanizados, não podem ser concebidas e compreendidas como fundações que devem ser usadas instrumentalmente para dominar. É preciso fazer prevalecer a razão abstrata sobre a rotina que não obstina esse homem regional. É preciso superar a condição ideológica de norte-mineiro, uma condição preconceituosa de inferioridade, para fazer desse espaço geográfico um espaço universal das criatividadees peculiares, dos comportamentos próprios, das reações necessárias contra a predestinação de se ser apenas sertanejo, nada mais do que sertanejo, sem perder o caráter fundamental de uma inteligência social consagrada na vida, na ressurreição da independência a ser celebrada em nome da justiça e da igualdade socioeconômica, se isso for possível enquanto o Norte ainda é Minas Gerais.

As Academias têm aqui um papel importantíssimo. Evitar a degradação termodinâmica das sociedades norte-mineiras é empenho científico que não deve faltar nos que produzem o conhecimento e a técnica. Não basta (que seja permitida uma receita de conduta) olhar o Norte de Minas e analisá-lo pela sua terra seca, pelo seu clima árido, pela ausência de mais chuva nos seus recantos, pelos seus desencantos ecológicos, pelos feitos das suas engenharias e arquiteturas que modernizam as suas cidades, pela sua participação na universalidade internacional, é preciso convertê-lo ainda mais em espaço de ordem sistemática e de energia física, sem fome.

Abstract: To make a reflection possible about the results of the “progress” in the geographic areas of the northern-mineira region is the objective of this article, a simple one that involves the everyday life of the cities and the fields open to the agricultural production where the rain rests beyond and the sun lights up the paradoxical socio-economical reality that settles the poverty of many and the wealth of few. It makes considerations in an ethics-philosophical perspective intending a “political and social consciousness” directed to an existential, changing and releasing character of the human being, as rational wealth.

Key Words: Area; Social entropy; Politics; Education; Consciousness.

Referências Bibliográficas:

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahor, 1990.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. S. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, Antônio A. *Consciência social e realidade nacional em Álvaro Vieira Pinto*. Londrina: UEL, 1999.

RIVERA, Paulo B. *Tradição, transmissão e emoção religiosa*. Sociologia do Protestantismo na América Latina. São Paulo: Olho d'Água, 2001.